

O TURISMO CULTURAL DIRECIONADO ÀS RELIGIÕES AFRO- BRASILEIRAS EM ALAGOAS: 1970 E 1980

Gabriela Torres Dias

Resumo: As décadas de 1970 e 1980 a nível nacional representaram um momento de reorganização da economia brasileira. Nesse momento o estado ditatorial buscou desenvolver várias práticas de controle e incentivo à cultura popular. Em Alagoas a situação não é diferente, é especialmente através das Federações de Culto que o estado operou no controle às práticas das religiões afro-brasileira, pois eram essas instituições as responsáveis por ordenar e organizar as festas religiosas de caráter público, em especial a festa de Yemanjá.

Introdução

A apropriação da cultura afro-brasileira pela indústria cultural durante as décadas de 1970 e 1980 coincide com o momento de reorganização da economia brasileira, que segundo Renato Ortiz, estava cada vez mais inserida “no processo de internacionalização do capital” (p. 80). É nesse momento de expansão do capitalismo brasileiro que se desenvolveram várias práticas de controle e incentivo à cultura popular pelo estado nacional, o qual buscava ampliar a vida cultural no país. Respalda no discurso da *integração nacional e segurança nacional* o estado assumiu uma postura de *salvaguardar* a memória da nação, assim a cultura brasileira virava sinônimo de *segurança e defesa* dos bens que integravam o patrimônio histórico (ORTIZ, 2006, p. 100). A principal forma de exercer essa valorização foi através do estímulo às atividades turísticas, ou seja, o turismo torna-se um mecanismo de preservação do patrimônio histórico-cultural. Este pensamento ensejou uma série de políticas públicas pelo estado nacional que visavam à preservação de monumentos ou de áreas consideradas símbolos regionais ou nacionais, como as políticas de tombamento e revitalização.

Em Alagoas, no que diz respeito às manifestações negras, a forma de aplicação destas políticas não fugiu aos padrões nacionais de incentivo ao turismo e deu-se, sobretudo, através dos cultos afro-brasileiros em especial às suas festas de santo. A intervenção estatal nas Federações de culto eram, sem dúvida, a principal forma de controle, pois, como representantes institucionais dos terreiros, eram elas que cuidavam de organizar os cultos e promoviam as festas de caráter público.

A imprensa local sempre dava cobertura a tais festas, divulgava os locais onde seriam realizadas e buscava em suas matérias, substituir a linguagem pejorativa por um discurso mais ameno ao tratar a religião como *folclore negro*. A partir da análise dessas matérias publicadas

especialmente no Jornal de Alagoas, durante as décadas de 1970 e 1980, e de algumas entrevistas feitas com pais e mães de santo busca-se entender como o processo de *folclorização* das religiões afro-brasileiras associado ao processo de apropriação da cultura afro-brasileira em geral pela indústria do turismo se deu em Alagoas, e quais as repercussões disso para a reinserção desses cultos no estado durante o período estudado.

O REGIME MILITAR E OS CULTOS AFRO-BRASILEIROS

Ao longo do século XX a problemática das religiões de matriz africana foram interpretadas por antropólogos e etnólogos como *folclore negro*. Tal visão permitiu que seus símbolos fossem desprendidos do contexto sócio cultural em que estavam inseridos para serem vistos como uma série de fatos populares desconectados entre si. Além de enxergá-las como produto de *alienação, pobreza intelectual, primitivas*, diferentes da sociedade branca cristianizada autocompreendida como símbolo do progresso.

Ao levar em conta as reflexões de Marc Bloch (2001, p.55) sobre a história ser a "ciência dos homens no tempo", podemos dizer que há uma dinâmica das produções humanas dentro das relações entre espaço e tempo, ou seja, a história está em movimento dialético e, por isso, as produções humanas devem ser entendidas de acordo com o meio em que estão inseridas e a partir de suas trocas múltiplas. Negar isso é negar a própria história. Em meio a essa lógica, se a visão do folclore caracteriza-se por interpretar tais religiões e seus símbolos como mera sobrevivência, a ponto de desprender sua simbologia de seu contexto sócio cultural, podemos considerar que elas são desprendidas de uma interpretação histórica. Ademais, ao levar em conta que ao folclorizar uma cultura folcloriza-se também seu indivíduo criador, podemos dizer que ao negro foi/é negado seu caráter ativo dentro do processo histórico brasileiro, enquanto ser social, sujeito atuante e transformador. Daí a concepção de certa história oficial do negro como sujeito passivo, que pouco lutou e aceitou a escravidão.

Quando deixamos essas visões redutoras de lado e fazemos uma leitura histórica dessas religiões, podemos perceber sua importância fundamental como ambientes criadores político-culturais. No que diz respeito ao período da ditadura militar em Alagoas, em especial para o nosso estudo, nas décadas de 1970 e 1980, temos uma série dessas produções.

Como se sabe o regime civil-militar no Brasil (1964-1985) trouxe consigo, um período de grande repressão política e cultural, principalmente nos anos que vão de 1968 a 1974, época de promulgação do Ato institucional nº5, ou AI-5, o mais violento de todos os atos institucionais até então outorgados. Previa a suspensão de direitos políticos e garantias constitucionais

individuais, ao incluir a suspensão do *habeas corpus*, instrumento jurídico com a função de resguardar o indivíduo da ameaça de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção. Ou seja, resguardar, essencialmente, o direito à liberdade. Este fato marcou o clímax da repressão, onde estavam no poder a chamada *linha dura* entre os militares. Seus principais representantes no governo foram os presidentes Costa e Silva e Emílio Médici. Durante eles, exceto os anos da abertura política, houve grande repressão e clandestinidade dos movimentos sociais em todo o Brasil (SILVA, 2003, p.256).

Embora o contexto da ditadura tenha sido bastante repressivo ao Estado brasileiro em geral; no que se refere às religiões de matriz africana em Alagoas, tem-se um momento de sua reinserção no espaço social alagoano. Essas religiões passaram boa parte da primeira metade do século XX em uma espécie de clandestinidade, consequência do evento conhecido na história regional como Quebra de Xangô de 1912ⁱ.

Com o advento da ditadura militar e a consolidação das Federações de culto, a Federação Afro-Umbandista do Estado de Alagoas e a Federação Zeladora dos Cultos em Geral essas religiões voltam a organizar-se. Tais instituições tinham como função ordenar as práticas dos terreiros filiados. Regidas cada qual por seu estatuto, impunham regras de funcionamento das mais variadas, tais como o pagamento de mensalidades; regulamentavam a organização das festas e de horários de toques etc. Todavia a principal importância dessas instituições consistia na sua representatividade política. A instrumentalização das mesmas como principal veículo de articulação com as autoridades militares foi de fundamental importância para a liberdade dos cultos no estado. Irineia Franco (2012) em sua tese de doutorado defende a hipótese de que as relações entre governo militar alagoano e as lideranças dessa vertente religiosa eram de proximidade. A autora destaca a presença constante de militares nas federações, "a presença dos militares operava um controle da organização dos terreiros, ao mesmo tempo em que se fazia uma 'política de boa vizinhança' com suas lideranças." (SANTOS, 2012, p.207).

O jornalista Bezerra Netoⁱⁱ, presidente da Federação Zeladora dos Cultos à época, afirmou a respeito de sua fundação o seguinte:

Eu sempre fui um jornalista de esquerda e nessa época eu trabalhava assim com o pensamento voltado, com ajuda ao social. Eu morava em Recife onde tinha uma galeria de artes e editava a revista do turismo e apoiei um grupo de pessoas através de um amigo meu e correligionário. Eu também era político fui candidato a deputado Federal [pelo MDB] e eu tinha um objetivo que não era nada disso que eu estava fazendo. Então eu era muito amigo do Coronel Adauto, que era secretário de segurança e comandante da

polícia Militar, ele havia mandado fechar os terreiros de Maceió como já houve nos tempos de Abelardo Duarte eu acho [referente ao Quebra de Xangô de 1912].

O interesse de intelectuais pelo estudo das religiões afro- brasileiras não só em Alagoas, mas no Brasil, foi de fundamental importância para legitimação desses cultos no espaço nacional. No caso de Bezerra, como se pode ver sua posição enquanto jornalista e intelectual não se tratava de interesses acadêmicos, mas seu objetivo tinha fundamentos políticos. Segue Bezerra,

Então eu preocupado com isso [com o fechamento dos terreiros] vim a Alagoas e conversei com o Aduino, ele disse ‘rapaz forme uma federação e depois você vem conversar comigo’. Aí eu formei a Federação Zeladora dos cultos em Geral do Estado de Alagoas, mas não quis ser presidente. Eu não poderia também que eu não era do meio. Aí é quando entra a Yvette, o Coronel Belarminoⁱⁱⁱ, essas coisas todas aí foi quando o Aduino abriu os terreiros para além das 22h, porque de 22 h tinha que fechar os terreiros todinhos.

Desde 1967^{iv} a portaria nº 106- 67.9.17 assinada pelo Coronel Aduino, Secretário de Segurança Pública do Estado, coronel e comandante Geral da Polícia regulamentava o horário de toque dos Cultos Afro -Umbandistas até às 22h, podendo ser excepcionalmente, e a critério da autoridade policial prorrogado seu horário de funcionamento^v. A posição de Bezerra enquanto amigo de uma liderança militar, mesmo se dizendo militante de esquerda, foi de fundamental importância para articular e garantir maior liberdade de culto, especialmente aos terreiros filiados à sua federação conseguiu possivelmente, que tocassem para além das 22h. Continuou Bezerra,

Mas passado algum tempo, meses, o Aduino telefonou pra mim e disse ‘rapaz eu vou fechar a sua federação’, eu disse ‘ta doido rapaz, num faça isso não’ ele disse ‘eu pensei que você fosse o presidente’, eu ‘eu vou aí falar com você’ e fui falar com ele e uma turma também. Porque tinha morrido o presidente que eu tinha deixado aqui na época, o Amaro dos Santos eu acho, aí por isso começaram a brigar e o Aduino achou por bem fechar de novo. Aí eu disse ‘olhe se eu assumir a presidência você abre?’ ele disse ‘eu abro na hora’, por isso que eu assumi a presidência.

Como podemos observar Bezerra Neto se diz o fundador da Federação Zeladora dos Cultos em Geral e antes de assumir sua presidência □ pois segundo ele não poderia fazê-lo porque não era do meio □ ter colocado o senhor Amaro dos Santos^{vi}. Porém, o contraste de

sua fala com algumas fontes escritas (documentos da federação, jornais) se mostram bastante conflituosas.

Amaro era Babalorixá e inicialmente presidia Federação Afro- Umbandista de Alagoas, mas teria sido expulso após denúncia de irregularidade por estar “‘comendo’ da Federação, ou seja, vivendo à custa das taxas pagas pelos terreiros filiados” (SANTOS, 2012, p. 208), desta forma foi substituído pelo babalorixá Júlio Alexandre, o qual sucessivamente foi substituído pelo babalorixá Luiz Cardoso. Yvette Araújo, também fez parte inicialmente da Federação Afro- Umbandista e exercia o cargo de procuradora. No entanto, após algumas discordâncias com o Presidente Cardoso, saiu e “abriu o seu terreiro *Centro Africo Rainha da Palha*, em fevereiro de 1972” (SANTOS, 2012, p. 211) e em julho do mesmo ano teria inaugurado “juntamente com Pai Paulo Ferreira^{vii} a Federação Zeladora dos Cultos em Geral do Estado de Alagoas”. (SANTOS, 2012, p. 211).

De fato um regulamento interno dessa Federação datado de 22 de julho desse mesmo ano, trás um carimbo onde consta Yvette como presidente^{viii}. Já em dezembro do ano seguinte uma reportagem do Jornal de Alagoas^{ix} sobre a festa de Yemanjá, destaca Amaro Avelino como presidente. Não encontramos fontes que nos indiquem quem poderia estar na presidência no ano de 1974. Em 1975 e 1976, as fontes de jornais trazem Bezerra Neto como presidente dessa Federação. Já em 1977 a análise das fontes evidencia um conflito interno onde reivindicavam a presidência Yvette Araújo e Bezerra Neto.

Em julho de 1977 a edição nº 1 do Jornal Saravá^x, “apoiado pela Federação Zeladora dos Cultos em Geral no Estado de Alagoas” e editado na Revista do Turismo de propriedade de Bezerra, destacou o resultado das eleições e apontava sua vitória por “167 votos. Nenhum em branco ou nulo”. Ressaltava o fato de terem sido os votos dados por “Babalorixás, Ialorixás, Abarés, Ambians e filhos- de- santo graduados e filiados à Federação [sic]”. Rebateu possíveis acusações de Yvette ao afirmar que ela teria sido expulsa da Federação em agosto 1976, “por deslises [sic]”, e com isso jamais teria se conformado a ponto de junto com “seus comparsas, injuriar, por meios baixos, a pessoa do fundador da Federação”. O jornal afirmava ainda que Yvette a fim de provocar tumultos “promoveu em sua casa uma ‘eleição’ da qual obteve apenas 71 votos, 4 nulos e algumas abstenções”.

Não obstante, uma matéria da Gazeta^{xi} de Alagoas em 21 de junho de 1977 do mesmo ano publicou uma notícia intitulada “Federação de Umbanda está com 2 diretorias”, onde afirmava que embora a chapa liderada por Bezerra dissesse representar a entidade, o Conselho Nacional Deliberativo de Umbanda(CONDU), reconhecia a chapa de Yvette Araújo como

vencedora das eleições. Ainda em agosto do mesmo ano Yvette publicou uma nota também na Gazeta de Alagoas^{xiii}, onde dizia,

Diante de atos praticados por pessoas desligadas da nossa entidade, venho publicamente, trazer ao conhecimento das autoridades e dos irmãos Umbandistas e do povo em geral, que o Boletim denominado “SARAVÁ”, o qual tem como editor o Snr. Bezerra Neto, avisamos que o referido senhor não tem qualquer vínculo com a nossa Federação, pelo que, não nos responsabilizamos pelos seus atos e estamos tomando todas as providencias que o caso requer.

Percebemos então que há, em certos momentos, grande incoerência entre a fala de Bezerra e as fontes de jornais. Essas contradições nos mostram que as Federações^{xiii} devem ser entendidas como ambientes conflituosos de disputa de poder, pois eram sinônimo de prestígio político, econômico e um meio de vida para suas lideranças^{xiv}. Ainda sobre sua posse na Federação Zeladora, disse Bezerra,

mas eu num fui tolo como podiam pensar, eu primeiro pra assumir essa presidência eu tinha que me calçar. Então era uma coisa que eu não sabia e de certa maneira difícil de entender e eu não tinha ligação nenhuma com o candomblé, aí eu fui procurar me informar. Aí eu fui duas vezes à África aprendi um bocado de coisas e quando eu vim eu exigi uma confirmação por parte de novos babalorixás, eles fizeram porque naquela época estavam querendo unir forças dentro da seita, que eu não acho seita, mas né. Aí foi como eu entrei, para trabalhar lá dentro.

O fato de não ser da religião provavelmente poderia atrapalhar nas intervenções de Bezerra dentro da Federação, daí a necessidade de ele se “calçar”. Uma vez confirmado por Babalorixás, respaldava-se na religião e assim podia interferir na política da federação sem ser questionado como “não membro”.

O ambiente de repressão político cultural durante a ditadura militar explica o fato da necessidade de os militares fazerem velha política das “vistas grossas” a essas religiões, e assim, controlarem suas ações de perto e buscarem colocar nas lideranças das federações pessoas conhecidas, de confiança fizessem elas ou não parte da religião. Fica evidente na fala de Bezerra ao mencionar a surpresa do coronel Aduato em saber que ele não era o presidente da federação e somente ter aceitado não fechá-la, quando aquele se propôs em assumi-la. Esse controle não se devia apenas ao fato de que talvez elas pudessem servir como elemento de contestação da ordem^{xv}, mas consistia, sobretudo, na busca de apoio político ao regime. Em meio ao jogo de trocas mútuas tais cultos se beneficiavam, pois adquiriam maior liberdade.

Entretanto essa política de alianças não é algo novo no desenvolvimento dessas religiões. Reflete uma prática antiga muitas vezes adotada pelas lideranças dos cultos para manter sua legitimidade no espaço social em que estavam imersas. Faz parte da história dessas religiões na sociedade Brasileira. Nina Rodrigues, já no século XIX constatava sobre a Bahia:

A mola é sempre o interesse eleitoral, que neste paiz faz de tudo catavento e nas grandes influências políticas vão elles buscar os seus melhores protectores. Sei de um senador e chefe político local que se tem constituído protector- chefe dos ougans e pais de terreiro. E acrescente-se aos interesses materiais e directos, a crença supersticiosa nas praticas fetichistas por parte de pessoas influentes, e poder-se-á fazer uma ideia do grau de protecção indirecta de que hoje podem dispor os feiticeiros. [sic] (RODRIGUES, 2006, p.55)

Admitimos a presença de alguns militares, principalmente os de alta patente como frequentadores dos terreiros. Contudo, nos interessa mais para esse estudo, perceber a relação de interdependência política, a “velha troca de favores”, perpetuada durante toda a ditadura militar.

O período histórico é de redemocratização desses cultos no estado e essas instituições burocráticas, foram as principais responsáveis por articular o processo de abertura. Fosse negociando com militares ou buscando aceitação na sociedade, ao promoverem eventos, como por exemplo a festa religiosa de Yemanjá que veremos a seguir.

A folclorização e o turismo cultural

Como visto as alianças políticas através das Federações facilitaram a reinserção dessas religiões na sociedade alagoana, pois com os militares à frente diminuía a repressão e garantia maior liberdade de culto. As matérias de jornais são sempre um ótimo parâmetro para que possamos entender as relações dessas religiões com a sociedade da época, as quais revelam-se muito contraditórias, pois se de um lado tinham respaldo das elites militares, do outro enfrentavam preconceitos de uma sociedade cristianizada e racista. Além de notícias expressando situações negativas, as quais não nos reportarem aqui, encontramos também aquelas com abordagens de festas religiosas, muito comuns nas décadas de 1970 e 1980, cujo discurso pejorativo é substituído por linguagem mais amena e a religião é tratada como *folclore negro*. A partir de sua análise buscamos entender aqui como o processo de folclorização das religiões afro-brasileiras, associado ao processo de apropriação da cultura afro-brasileira pela indústria do turismo se deu em Alagoas, e quais as repercussões disso para a reinserção desses cultos no estado.

Antes, pois, façamos uma retrospectiva de como essa ideia do folclore atribuída a essas religiões respaldou a exploração desses movimentos religiosos pelas vias do turismo.

A apropriação das religiões afro- brasileiras pela indústria cultural faz parte de uma política de controle e incentivo à cultura pelo estado nacional, a fim de ampliar a vida cultural no país, para isso o estado apropriou-se de símbolos nacionais. Jocélio Teles dos Santos (2005, p. 77) ao falar sobre o assunto divide a intervenção estatal em dois momentos, o primeiro referente aos anos 30, “marcado por um processo de institucionalização da ação do estado no campo da cultura do país”, a partir daí foram criadas instituições como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o SPHAN e o Serviço Nacional de Teatro.

Essa intervenção perpassou as quatro décadas seguintes, com destaque para os anos 70, onde acentuou-se sob a ingerência do governo autoritário (SANTOS, 2005, p.77). Ortiz, ao abordar o contexto econômico brasileiro do período, destacou,

Os economistas mostram que a partir do governo de Juscelino se instaura uma segunda revolução industrial no Brasil na medida em que o capitalismo atinge formas mais avançadas de produção. 64 é visto, tanto pelos economistas quanto pelos cientistas políticos, como momento de reorganização da própria economia brasileira que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital. (Ortiz, 2006, p. 80).

Assim, é no ambiente de expansão do capitalismo brasileiro que se desenvolveram as políticas governamentais de incentivo à cultura popular, é tanto que a principal forma de sua valorização foi através do estímulo às atividades turísticas. Tal fato refletia a postura estatal, de que ao invés de ameaçar a cultura, o turismo podia constituir-se num fator de preservação (SANTOS, 2005, p. 80-81).

Quando é então, e sob qual discurso que esse estado vai apoiar a produção cultural? Ortiz nos trás a ideia de *Segurança Nacional*, logo toda política estatal a respeito da cultura baseou-se neste princípio, o qual, por sua vez, era amparado pelo discurso ideológico de *integração nacional*, onde visava “integrar as diferenças regionais no interior de uma hegemonia estatal” (ORTIZ, 2006, p. 82). Assim, o estímulo à cultura é visto como um dos meios para a integração, desde que, é claro, centralizada em torno do poder nacional. Por conseguinte, a cultura era considerada *subversiva* quando não produzida sob controle do estado.

Respaldado no discurso da *integração nacional*, o estado assumiu uma postura de *salvaguardar* a memória da nação, assim cultura brasileira vira sinônimo de *segurança e defesa* dos bens que integram o patrimônio histórico (ORTIZ, 2006, p. 100). A noção de patrimônio, nos mostra Ortiz é muito importante para entender como se materializam as ações do estado

ditatorial sobre a cultura. Assim esta ideia deve ser entendida sob duas dimensões, a primeira constitui o patrimônio em sua natureza ontológica, desrespeito ao *Ser Brasileiro* (ORTIZ, 2006, p. 96), tratava do entendimento da cultura como tradição e, a partir disso, a tentativa de forjar uma identidade nacional, autenticamente brasileira, não mais baseada em estrangeirismos. A segunda dimensão diz respeito à objetividade da política cultural e as ações do estado para preservar o acervo material histórico.

Assim foram implementadas muitas políticas de tombamento e/ou revitalização de áreas que representassem símbolos regionais tudo para incentivar o desenvolvimento do turismo, pois acreditava-se que “o fluxo turístico era visto como a melhor forma econômica para a conservação e a valorização do patrimônio cultural e natural” (SANTOS, 2005, p. 79). Como não podemos falar de tradição no Brasil, sem nos reportarmos à nossa herança afro-brasileira esta política oficial de preservação da cultura, também foi atribuída às demandas da população negra.

Em Alagoas, no que diz respeito às manifestações negras, a forma de aplicação, não fugiu aos padrões nacionais de incentivo ao turismo. O campo de atuação das políticas oficiais deu-se, sobretudo, através dos cultos afro-brasileiros^{xvi} em especial às suas festas de santo. O estado exercia o controle sobre essas festas da seguinte forma, segundo Pai Júlio Alexandre^{xvii}, babalorixá conhecido na época, afirmou que era preciso levar ofício comunicando à política antes da realização das festas^{xviii}. Além disso, como assinalamos, outra forma de controle era através das Federações de culto, pois, representantes institucionais dos terreiros, eram elas que cuidavam de organizar os cultos e, conseqüentemente, as festas de caráter público.

A imprensa local sempre dava cobertura a essas festas, divulgava os locais onde seriam realizadas, fossem elas realizadas no espaço privado dos terreiros, ou em local público como acontecia a festa de Yemanjá, por exemplo. Vejamos uma nota publicada no Jornal de Alagoas, onde Pai Júlio Alexandre convidava a população para a festa^{xix} de sua Pomba- Gira,

Será hoje a Festa [sic] de Figueira, na rua Ary Pitombo, 91. Prado. Júlio Alexandre, presidente da Federação dos cultos Afro Unbandistas [sic] promete muito para a resposta. Convites foram distribuídos em toda Maceió. Informou Júlio que essa festa se processa todos os anos no dia 24 e comentada nos meios cultos e afros. A “Festa da Figueira” na rua Ary Pitombo é comentada como a melhor e mais bem preparada do Estado, o que envaidece todos os frequentadores do Culto. A comemoração está marcada para às 20 horas.

As matérias que noticiavam as festas dos cultos afro- brasileiro em Maceió, no período estudado, seguem mais ou menos o mesmo padrão da acima mencionada. Como podemos ver há uma ampla divulgação do culto, inclusive consta o endereço do local onde seria realizada, a

data anual com direito à distribuição de convites pela cidade. Em outras notícias, é possível encontrar ainda explicações sobre o orixá ou entidade específica da comemoração, os preparativos da festa, refletindo uma mudança de discurso comparado àquelas matérias de cunho sensacionalistas.

Outro tipo de festa, que merece ser aqui discutido, são as de caráter público, como a Festa de Yemanjá, mais comumente noticiada durante as décadas de 1970 e 1980. Normalmente as festas de caráter público é que estão mais visivelmente ligadas as atividades do turismo. A seguir destacamos algumas notícias também do Jornal de Alagoas sobre a festa de Yemanjá, acontecidas na década de 1970, as quais não depusemos em ordem linear de anos, pois nosso critério de análise foi por assunto. Examinemos inicialmente a matéria publicada no ano de 1973^{xx},

UMBANDISTAS DE TODO O ESTADO REUNEM-SE NA AVENIDA PARA HOMENAGEM À IEMANJÁ

Umbandista de todo o estado de Alagoas estarão homenageando a Divindade Iemanjá, amanhã, dia 8, na praia da Avenida Duque de Caxias, numa promoção da Federação Zeladora dos Cultos em Geral e da Revista do Turismo. Para a festa que será realizada publicamente na Avenida, o prefeito João Sampaio, interessado em promover o turismo, a partir dos cultos de umbanda, já mandou instalar, ali a iluminação adequada na extensão de toda a avenida para atrair maior número de pessoas.

A matéria demonstra explicitamente a ideia da valorização dos cultos de matriz africana pelas autoridades, ligada à promoção do turismo, de forma que forneciam inclusive estrutura necessária para garantir a realização da festa. Além disso, é possível notar sua realização vinculada à Revista de Turismo de Bezerra Neto e à Federações Zeladora o que nos faz pensar que a festa era um meio frutífero de angariar lucro para a instituição que a organizasse.

Bezerra reivindicou, inclusive, a iniciativa de sua organização, segundo ele “esse dia de Yemanjá, fui eu que trouxe espelhada na do Recife, que era feita pelo Pai Edu”. No entanto, a fala de Bezerra, revela certa ambiguidade contrastada com o depoimento de Pai Júlio Alexandre^{xxi}, o qual afirmou que os terreiros sempre foram à praia como atividade ritual, jogar suas oferendas à Yemanjá, o que nos leva a crer que o papel de Bezerra tenha sido provavelmente não de trazer o ritual para Alagoas, obviamente este já existia e era tradicional dos cultos, mas na ampliação de suas proporções. Um facilitador. Visto que, era dono de um veículo de imprensa, possuía relação com militares de alta patente e foi possível presidente da

Federação dos Cultos.

Na mesma matéria de 1973, ainda é possível ler,

FESTA PARA YEMANJA

Já o Palácio de Oxum “Ciência e Saber”, dirigido pelo babalaô Benedito Maciel, vai promover uma festa em homenagem a Iemanjá, às 20:00 deste sábado, quando às suas portas estão abertas ao público, tendo, para o ato, sido convidados jornalistas e autoridades.

A presença de jornalista e autoridades nessas festas fossem realizadas no espaço público, ou nos próprios terreiros, além de refletir uma política de controle, também se mostra como mais uma forma de angariar prestígio ao culto.

Outra matéria, também a cerca da festa de Yemanjá, publicada em 1972, trazia o seguinte,

(...) ao som dos atabaques os "filhos de Santo" dançaram e cantaram em honra a Yemanjá. Em seus trajes típicos que proporcionavam um espetáculo prolicromico [sic] ressaltado a ainda mais pelo por do sol ou a claridade de possante holofote, mais de mil adeptos dos cultos afro- brasileiros em Maceió, renderam ao longo de nossas praias, a homenagem à Rainha do mar no dia que lhe era consagrado. [...] O 20o. Batalhão de Caçadores, colaborando com o caráter folclórico e tradicional da festa a Yemanjá, iluminou a praia da avenida com um dos seus possantes refletores, oferecendo maior colorido ao espetáculo no período noturno. Também o Corpo de Bombeiros ofereceu apoio ao empreendimento, cedendo um de seus barcos para colocação das oferendas em auto mar.(...).

Portando, demonstra assim como a primeira, o comprometimento das autoridades em fornecer a estrutura da festa ao cederem iluminação, barcos etc. Todavia, além de financiar a festa com finalidade econômica, podemos afirmar que alguns militares, de alta patente, por sinal, faziam parte da religião^{xxii}. Esses fatores justificam a maior liberdade desses cultos sob a ingerência dos militares, fato que se faz notar, inclusive, nas matérias sobre as festas de santo e a linguagem por elas apresentada.

Outro ponto a se destacar na notícia de 1972 é o discurso reproduzido quando associa os cultos de matriz africana à ideia de *folclore*. Tais concepções segundo Jocélio Teles (2005), transparecem particularmente no momento em que o Estado se fortalece como agente controlador, ao promover atividades culturais com o viés de criar uma identidade nacional unificada, onde uniformizavam manifestações culturais^{xxiii} distintas e atribuíam-lhes cunho nacionalista. Porém, como sabemos, esta apropriação possuía implicações políticas e

econômicas, uma vez que passaram a ser incluídas no desenvolvimento do fluxo turístico nacional.

Assim, definir as religiões de matriz África como folclore, neste momento possibilitava seu tratamento como produto de consumo. Para isso há uma apropriação dos meios de comunicação de massa da sua forma estética, com a qual a religião passa a ser confundida e é a que irá ser reproduzida no teatro, na escola, na novela da televisão (PRANDI, 2007, p.13). Isto se torna mais fácil às religiões afro-brasileiras pelo fato de suas cerimônias iniciáticas serem secretas, sua intensa atividade ritual passa despercebida ao público, assim “o não iniciado só vê o rito público, que é festa, com a música, canto, dança, comida e muita cor” (PRANDI, 2007, p.12).

A não compreensão dessa dinâmica religiosa permite que seus elementos rituais como música, instrumentos, expressões corporais, cantigas etc, dotado de significado muito sério para os iniciados, possa ser rotulada como divertimento, manifestação exótica. Todo este complexo ritual é alcançado pelo processo de *folclorização* desses bens religiosos e consequentemente, em sua forma estética é reproduzida pelos meios de comunicação de massa, a fim de serem exploradas de forma estereotipada pela indústria do lazer. Segundo, Alfredo Bosi,

O poder econômico expansivo dos meios de comunicação parece ter abolido em vários momentos e lugares, as manifestações da cultura popular reduzindo-as à função de folclore para turismo (Bosi, 1992, 11).

Ao seguirmos essa ótica podemos dizer que o discurso do folclore como cultura tradicional do povo passa a fundamentar, dentro da estrutura capitalista, uma espécie de propaganda e incentivo para o consumo em massa das religiões afro-brasileiras e seus bens simbólicos.

Conclusão

Em Alagoas a ditadura militar representou um momento muito significativo para os cultos de matriz africana tratou-se do período de sua redemocratização dentro da sociedade, onde voltaram a ter maior liberdade. A formação das Federações de Culto foi de fundamental importância nesse processo de abertura. Porém, as relações dessas instituições com o regime mostraram-se ambíguas, uma vez que de um lado conseguiam articular maior liberdade de culto, por outro não deixavam de ser controladas e regularmente vigiadas pelo regime, pois

como aponte, muitos militares faziam parte dessas instituições, ou designavam homens de sua confiança, para presidi-las, como foi o caso de Bezerra Neto.

Ao tornarem-se o centro da política institucional dos terreiros, tais instituições viraram símbolo de prestígio para suas lideranças, o que desencadeou os diversos conflitos internos e externos (entre federações), o que nos mostra o ambiente de conflito e disputa de poder, em que constituíram-se as Federações.

Em meio a esse ambiente, parece-me que o discurso do folclore alimentados pela imprensa local e por algumas lideranças desses cultos de forma ressignificada, tornou-se estratégico para legitimá-los perante a opinião pública.

Em outro momento, a *folclorização* dessas religiões através da propaganda que sustentava as práticas do Estado de incentivo ao turismo a partir desses cultos, aumentou ainda mais a visibilidade sobre seus rituais reproduzidos muitas vezes de forma estereotipada.

Assim podemos concluir que essa visão do folclore possa ter contribuído de formas negativas e positivas para esses cultos em Alagoas, pois ao passo que servia de estratégia para aceitação pública, ou para o mercado desses símbolos religiosos, por outro lado constitui uma ideia nociva aos cultos, uma vez que sustenta uma visão originalmente racista e a distorção das práticas religiosas de fundamento muito sério para os seus participantes.

i Iniciado através da oposição política ao então governador de Alagoas Eudides Malta. Acusado de ser frequentador e adepto dos cultos africanos e através de suas “feitiçarias” ter se mantido no poder.

ii Entrevista com Bezerra Neto, 06 jul. 2013, Bairro de Cruz das almas.

iii Coronel Belarmino era amigo de Adauto e também estava envolvido com as Federações de culto.

iv SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, Portaria Nº 106 – 67.9.17 de 22 de setembro de 1967. ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS, Fundo Luiz Sávio de Almeida, caixa 01, Religiões Afro-Brasileiras em Alagoas. Xerox do original. A documentação das Federações doadas pelo professor Luiz Sávio de Almeida ao APA, catalogação feita pelos estudantes de História na disciplina Estágio em Arquivo sob orientação da professora Irinéia Franco.

v Proibia ainda cobrança de quaisquer Taxas de Serviço Policial para o pleno funcionamento desses cultos por parte da autoridade policial da localidade.

vi Provavelmente Bezerra Neto se confundiu Amaro dos Santos, na verdade, tratava-se do Babalorixá Amaro Avelino, pois é ele quem aparece na documentação relacionada à Federação.

vii Paulo Ferreira também foi da Federação dos Cultos Afro- Umbandistas e ocupava o cargo de inventor.

viii REGULAMENTO INTERNO DA FEDERAÇÃO ZELADORADOS CULTOS UMBANDISTAS E AFRO- BRASILEIRO NO ESTADO DE ALAGOAS. ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS, Fundo Luiz Sávio de Almeida, Documentação sobre as Federações de Umbanda e Candomblé.

ix Jornal de Alagoas. Maceió, sábado 08 de dezembro de 1973. Maceió faz festa hoje para Iemanjá, p.8

x Jornal Saravá. Julho de 1977, ano 2, nº1. “Apoiado pela Federação Zeladora dos Cultos em Geral no Estado de Alagoas”. Doado por Bezerra Neto.

xi Catálogo. ODE AYE. (PROEXT- UFAL, 2010- 2013). Jornal Gazeta de Alagoas. Maceió, 21 de junho de 1977. “Federação de Umbanda está com duas diretorias”.

xii Catálogo. ODE AYE. (PROEXT- UFAL, 2010- 2013). Jornal Gazeta de Alagoas. Maceió, domingo 7 de agosto de 1977. “Nota Oficial”.

xiii Embora destaquemos mais a Federação Zeladora, podemos dizer que as Federações em geral devem ser entendidas como ambientes de conflito e disputa de poder. Para saber mais ler SANTOS, M. I. F. D. **Nos Domínios de Exu e Xangô o Axé Nunca se Quebra: Transformações Históricas em Religiões Afro-Brasileiras**, São Paulo e Maceió (1970-2000). São Paulo: [s.n.], 20

- xiv Na entrevista Bezerra Neto afirma nunca ter se beneficiado da Federação, diz ter perdido muito dinheiro e ter sido prejudicado em sua carreira política.
- xv Outros estados do nordeste, como Bahia e Pernambuco, em alguns momentos da história, a repressão aos candomblés se fazia em nome do combate a grupos de esquerda. Não encontramos fontes que nos apontem uma ligação dos candomblés com tais grupos no período aqui estudado. Seria interessante um estudo para saber se houve em algum momento do século XX penetração da esquerda comunista nos terreiros de Alagoas. Fora isso, acreditamos assim como Beatriz Góis Dantas que as religiões de matriz africana podem servir como elemento de subversão às relações de poder estabelecidas, uma vez que, seus participantes, no caso de Alagoas em sua maioria negros e pobres, poderiam utilizar suas diferenças culturais expressas, sobretudo, no elemento religioso, canalizando-as para melhorar sua situação de vida sócio- econômica (DANTAS, 1988, p. 162).
- xvi Podemos dizer que houve outras formas de apropriação da cultura afro- brasileira como patrimônio nacional, em Alagoas, ao exemplo do processo de tombamento da serra da Barriga. No entanto, não nos debruçaremos sobre isso aqui, importa-nos a repercussão dessas políticas sob as religiões de matriz africana.
- xvii “Nascido em 1928, foi funcionário da Assembléia Legislativa do Estado e do Gabinete Civil nos Governos de Lamemba Filho (1966-1971), Afrânio Lages (1971-1975) e Divaldo Suruagi (1975-1978); sendo eleito funcionário modelo por várias vezes”. PROJETO GIRA DA TRADIÇÃO, gravação em vídeo, 2008.
- xviii PROJETO GIRA DA TRADIÇÃO, gravação em vídeo, 2008.
- xix Jornal de Alagoas. Maceió, sábado 22 de agosto de 1970. Afro umbandistas faz festa de “aromba”.
- xx Jornal de Alagoas. Maceió, sexta-feira 07 de dezembro de 1973. Umbandistas de todo o Estado reúnem-se na avenida para homenagear à Iemanjá.
- xxi PROJETO GIRA DA TRADIÇÃO, gravação em vídeo, 2008.
- xxii Entrevista com Pai Júlio Alexandre. PROJETO GIRA DA TRADIÇÃO, gravação em vídeo, 2008.
- xxiii Consideramos aqui como manifestações culturais, todas as produções humanas, dentre quais podemos incluir a religião.